

Lyra: Anteprojeto é para sociedade debater

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, assegurou ontem ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Baeta, que a Comissão Constitucional, a ser criada na primeira quinzena de julho, não elaborará um ante-projeto da nova Carta para a Assembléia Nacional Constituinte, mas sim um esboço para discussão da sociedade. Baeta, que havia criticado a forma de convocação adotada pelo Governo e a formação da Comissão, saiu do encontro com o Ministro mais tranquilo:

— Aí muda completamente. Esta é uma notícia bem interessante, embora o Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, diga o contrário — afirmou.

Lyra e Baeta discutiram também as divergências em relação à convocação da Constituinte. A OAB defende uma eleição específica para a Assembléia, no início do próximo ano, alegando o risco de que seus membros, trabalhando paralelamente ao Congresso ordinário, legislarão em causa própria. Antes do encontro, Lyra considerou irrealista a proposta da OAB, afirmando que seria impossível realizar duas eleições no mesmo ano, para a Constituinte

e para o Congresso. Segundo ele, todas as lideranças do Congresso desejam ser constituintes e não haveria forma de conciliar as duas eleições.

— Temos que fazer a convocação a partir de uma posição realista — afirmou, considerando que a proposta de duas eleições, uma em janeiro e outra em novembro de 1986, não seria aceita pelo Congresso, pois “seria difícil convencer os Deputados e Senadores a votarem contra eles”.

Lyra anunciou que o próximo passo do Governo será criar a “mística da Constituinte”. O Governo pretende promover uma campanha institucional sobre a Constituinte a partir de janeiro, para estimular o debate e a conscientização popular. Um dos elementos da campanha será a “cartilha da Constituinte”, que deverá ser elaborada ainda este ano.

O Deputado João Gilberto (PMDB-RS) também acha que, para se chegar a uma Constituinte realmente originária, seus membros não devem pertencer ao Congresso ordinário. Em discurso na Câmara, João Gilberto defendeu uma assem-

bléia unicameral, com ampla representação, eleita por voto direto e universal.

— Que depois se convoquem eleições para os poderes Executivo e Legislativo. A proposta endossada pelo Presidente Sarney é de que os constituintes serão eleitos Senadores e Deputados, integrantes de um Congresso ordinário. Minha divergência, no entanto, não impede que eu considere esse passo o cumprimento da etapa decisiva de uma escalada democratizadora no País — disse.

João Gilberto elogiou Sarney pela convocação da Constituinte, afirmando que, no cumprimento de reformas e mudanças político-institucionais, o Governo jamais se limitou por interesses específicos. O País, segundo ele, andou rápido na construção da passagem para a democracia e a mensagem encaminhada pelo Presidente foi passo decisivo.

— Se a sociedade nacional envolver-se plenamente, assumir este processo de reconstituir-se como Estado soberano e estruturar as instituições, teremos uma Constituinte legítima. Esse é o desafio — afirmou.